A SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS: DESAFIOS, PROPOSTAS E O CASO DA ECOOVILA 1 – ARCOO

Eduardo Cunha

Professor Assistente da Universidade Federal do Ceará. E-mail: eduardo@cariri.ufc.br

Resumo

O trabalho aqui apresentado se caracteriza por um estudo exploratório referente às ecovilas, no que toca as suas práticas e a uma possível leitura analítica tomando-se como base o tema da sustentabilidade. Ele teve como objetivo principal o desenvolvimento de um marco de análise para a sustentabilidade de ecovilas no contexto brasileiro. Assim, este estudo se baseou em um levantamento teórico-conceitual e no estudo de um caso, que é o da Ecoovila 1, situada em Porto Alegre, RS. O modelo de análise da sustentabilidade foi montado a partir das contribuições da discussão sobre desenvolvimento sustentável (Ignacy Sachs), sobre economia solidária (França Filho e Santana Júnior) e sobre as práticas das ecovilas (Jackson e Svenson), formando um quadro-síntese. Como resultado, percebeu-se que a experiência estudada não se enquadra, atualmente, em todas as dimensões da sustentabilidade conforme a proposta de análise apresentada. Ela representa, entretanto, um caso significativo para a compreensão do tema em discussão.

Palavras-chave: ecovilas, sustentabilidade, economia solidária

Abstract

The work presented here is characterized by a exploratory study over ecovillages, related to their practices and to a possible analitical interpretation based on the sustainability subject. It had as a main objective the development of a analitical framework to the sustainability of ecovillages in brazilian context. Thus, this study had been based in a theorical-conceptual reserch and in a case study – Ecoovila 1 – located in Porto Alegre, Brazil. The sustainability framework was constructed from the contributions of discussions about sustainable development (Ignacy Sachs), about solidarity economy (França Filho e Santana Júnior) and about the ecovillages practices (Jackson e Svenson), forming a synthesis-frame. As result, it was noticed that the studied experience dos not fit, presently, in all dimensions of sustainability as proposed in the framework. It represents, however, a significative case to the comprehension of the theme under discussion.

Key words: ecovillages, sustainability, solidarity economy

¹ Recebido em 27.01.2010. Aprovado em 27.03.2010. Disponibilizado em 28.04.2010. Avaliado pelo sistema *double blind review*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a ser exploratório sobre o tema da sustentabilidade em ecovilas. Este estudo exploratório, que tomou como base um caso e um levantamento teórico-conceitual, tem como propósito a verificação e o aprimoramento de um marco de análise para a sustentabilidade em ecovilas. Tal proposta tem em vista a aplicação posterior desta construção em um número maior de casos, atendendo às necessidades de um projeto de pesquisa que pretende mapear o campo destas práticas no contexto brasileiro.

O assunto é pertinente e atual especialmente quando percebido a partir do debate cada vez mais em voga sobre o tema meio ambiente e, especialmente, sobre a questão da sustentabilidade. Questões como aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais ou ainda desgaste nas relações sociais e aumento das desigualdades provocadas pelo modelo de organização sócio-econômica atualmente dominante (Santos e Rodríguez, 2002) nos levam a direcionar a atenção para o que vem sendo construído com as práticas das ecovilas. Estas práticas despontam neste contexto justamente por trazerem em suas bases a idéia da construção de um tipo de vivência (sob diversos aspectos – econômicos, políticos, ambientais e sociais) radicalmente diferente daquela que nos dita hoje os comportamentos em sociedade. Para se ter uma idéia do alcance da propostas, a ONU aponta estas iniciativas como “modelo de excelência de vida sustentável” (GEN, 2009).

O caso escolhido para este trabalho exploratório denomina-se “Ecoovila 1”, vinculado à cooperativa Arcoo, situada em Porto Alegre, RS. Ele foi eleito com base no critério da conveniência, dada a maior facilidade de acesso aos dados e à visitação por parte do pesquisador. Apesar desta ecovila não estar associada a *Global Ecovillage Network* (rede que congrega estas práticas, cuja sigla é GEN), sua escolha se justifica também pelo fato de ser a única no estado do RS que se autodenomina como ecovila. De fato, no Brasil como um todo a prática ainda é pouco difundida (poucas são filiadas à GEN), apesar do grande número de ecovilas já existentes no mundo.

A abordagem adotada buscou o entendimento sobre como se dá a sustentabilidade na experiência escolhida. Partiu-se para isto de um marco inicial para a leitura do caso, construído a partir de três fontes principais: outros estudos sobre as ecovilas, fornecendo elementos de práticas similares; a noção de sustentabilidade defendida por Sachs (2002), considerada uma das mais influentes dentro do debate sobre o tema; e a idéia de sustentabilidade que emerge da economia solidária, pelo entendimento de que as suas práticas estariam relativamente bem alinhadas com a das ecovilas, especialmente considerando-se seus propósitos e princípios. A premissa, neste caso, é que as ecovilas poderiam ser enquadradas como uma “prática de economia solidária”. Esta questão não será discutida com maior profundidade neste trabalho, já que foge do seu objetivo principal, devendo ser tratada em outras oportunidades.

Considerando-se, então, o objetivo deste trabalho, que é o de definir (e testar) um marco analítico para a sustentabilidade em ecovilas, o pressuposto adotado é que a experiência articula diversas dimensões da sustentabilidade, indo ao encontro dos referenciais teóricos utilizados. Além disto, não se pode definir *a priori* qual delas é predominante sem o conhecimento da experiência, dado que os estudos apontam que esta característica é sempre

peculiar à cada ecovila. O que se espera, entretanto é que haja uma presença de todas elas, embora com a expectativa de predomínio de alguma (ou mais de uma) em particular. Por fim, acredita-se que a sustentabilidade, nos casos das ecovilas, tem um desenho muito particular, sendo mesmo definidor destas experiências.

Metodologicamente, o estudo de caso tomou como apoio a realização de pesquisa documental da experiência, especialmente no seu *website* (Arcoo, 2007), entrevista semi-estruturada com um representante da ecovila (coordenador técnico da Arcoo e morador do local) e observação direta, por meio da visita do pesquisador ao local da ecovila (ambas atividades em dezembro de 2008).

O presente trabalho se estrutura em cinco seções principais. Além desta introdução, o capítulo 2 trata de uma contextualização geral e caracterização das ecovilas, em que são apresentados um breve apanhado histórico do tema e uma possível definição conceitual. O capítulo seguinte apresenta uma discussão sobre a sustentabilidade, traçando também um breve histórico e finalizando com uma proposta de quadro de análise a partir do enfoque multidimensional do conceito. Em seguida é apresentado o caso estudado, analisando-o frente ao quadro proposto. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, buscando-se as implicações do estudo do caso frente à proposta analítica apresentada.

2 ECOVILAS: CONTEXTO E HISTÓRIA

Pode-se dizer que as ecovilas representam, hoje, uma atualização em termos de práticas de comunidades intencionais. Estas últimas surgiram principalmente após a segunda guerra mundial, nos países centrais, e tinham características o fato de serem “contestatórios e libertários que visavam questionar todos os setores constituídos da sociedade da época: hábitos, idéias, corporeidade, arte, organização política, espiritualidade, estrutura produtiva e social, tecnologia” (Santos Júnior, p. 3). Isto implicava em uma mudança de valores e na forma de relacionamento com a natureza. Diversos movimentos representavam esta forma de agir e pensar, ficando conhecidos genericamente como contracultura, e incluíam temas como ecologismo, feminismo, pacifismo, movimento negro, *hippies*, etc...

As comunidades intencionais foram, então, formadas pela vontade de parcela destes grupos em “fazer diferente”, neste caso, ligados especialmente ao movimento *hippie*, fundando comunidades alternativas e agrupando-se principalmente nos espaços rurais (Santos Júnior, 2006). Neste sentido, as ecovilas seriam, então, herdeiras destes movimentos, trazendo consigo algumas de suas características. Elas vão, entretanto, mas além, ao produzirem uma síntese de um número mais ampliado de experiências, a maioria anteriores a estas, e que tiveram, em sua época, igualmente um caráter de contestação e de tentativa de definição de um outro tipo de vivência em sociedade. É o caso, por exemplo, do socialismo utópico, que inspirou através de Fourier, Owen e outros, a constituição de comunidades alternativas, ou do movimento quilombola, que ensejou a construção de quilombos com uma grande longevidade (muitos perduram até hoje).

Esta síntese definiu, então, o formato específico das ecovilas, que se apresentou mais claramente nos anos 90. Elas se assentam, desta forma, no debate que envolve as questões de

esgotamento da natureza, por um lado e os crescentes desníveis sociais a se propagarem pelo mundo, por outro. Isto funda os propósitos nos quais se assentam as ecovilas, que podem ser considerados formadores do seu conceito: de um lado, uma transformação na forma do relacionamento com a natureza, que implica fundamentalmente numa mudança na maneira como ela é percebida. Ela deixaria de ser um “pano de fundo” da vida humana, com todas as implicações que isto traz, e passaria a ocupar um papel central nas suas atividades, devendo estas se integrar à ela como num sistema, a partir da adoção de uma forma de viver com baixo impacto ambiental. De outro lado, Svenson aponta que existe um novo formato de estruturação social, que superaria a “dicotomia entre os assentamentos rurais e urbanos” (como citado em Santos Júnior, 2006, p. 8), e que se definiria segundo valores comunitários, implicando em, por exemplo, respeito à diversidade, cooperação, solidariedade, autonomia e liberdade, e novamente, o profundo respeito à natureza. Tal característica faz com que as ecovilas sejam singulares em cada uma de suas iniciativas, tendo, entretanto uma unificação a partir do fato de elas serem, ao mesmo tempo, **intencionais e sustentáveis** (Santos Júnior, 2006). Esta sustentabilidade estaria na base da noção que definiria uma outra ética, constituída a partir dos valores referidos.

Vale citar ainda a articulação das ecovilas em um movimento mais global, representada principalmente pela *Global Ecovillage Network* (GEN), criado em 1995, que congregava, em 2002, 15.000 ecovilas pelo mundo (Bissolotti, 2004) e seus escritórios regionais, como o das Américas (*Ecovillage Network of Americas* – ENA), com sede nos Estados Unidos. Esta rede vem adquirindo um forte peso político na articulação global, tendo assumido, frente a ONU, um status consultivo.

3 SUSTENTABILIDADE(S)

Há uma leitura que identifica a gênese do debate sobre sustentabilidade na evolução da discussão em torno do tema desenvolvimento, a partir do aporte dos temas ambientais na sua agenda. Pode-se dizer que este debate levou à construção de um amplo espectro de propostas, que poderiam ser classificadas entre dois pólos extremos: o primeiro relativo ao entendimento do desenvolvimento como crescimento econômico e o segundo que faz referência a sua negação absoluta (da noção de crescimento). Entre estes extremos se define uma espécie de “caminho do meio”, (conforme propõe Sachs (2002)), que estaria identificado com os conceitos de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. Para Sachs, esta abordagem assumiria esta posição intermediária por se colocar de forma crítica ao crescimento selvagem (ou perverso), que tenderia a carregar junto consigo, quase sempre, altos custos sociais e ambientais, assumindo, porém, que ele é, de alguma forma, necessário. Nesta noção, está presente ainda a idéia de que o jogo do mercado livre não é compatível com a noção de desenvolvimento sustentável, principalmente porque este jogo só percebe o curto prazo, a busca de lucro e da eficiência na alocação de recursos.

Vale ressaltar que estas discussões em torno da sustentabilidade promoveram encontros que visavam revisar e difundir um novo conceito de desenvolvimento, como é o caso da Comissão de Brundtland de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O termo desenvolvimento sustentável foi definido por esta comissão (sendo provavelmente a definição mais conhecida) como sendo aquele que “atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a

possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Van Bellen, 2006). Há ainda a defesa de que o conceito de sustentabilidade não pode ser entendido como científico. Veiga (2005) diz que ela envolve primordialmente uma questão ética e surge de fato de uma conciliação política, daí a sua aceitação mais ou menos generalizada. Ou seja, a sustentabilidade não é uma “noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse” (p. 165), assim como, por exemplo, a idéia de democracia dentre “muitas outras idéias tão fundamentais para a evolução da humanidade” (p. 165).

Apesar disto, existe um esforço de amplitude considerável para tornar o conceito passível de análise, o que perpassa diversos campos do conhecimento. É o caso, apenas para citar dois exemplos, dos trabalhos de Van Bellen (2006), que estuda alguns dos indicadores mais utilizados para a medição do desenvolvimento sustentável em níveis nacionais ou regionais e de Bissoloti (2004) que propõe uma forma de medição para a sustentabilidade em ecovilas.

3.1 A PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Todos estes esforços para tornar o conceito da sustentabilidade analítico partem de uma concepção de multidimensionalidade. Discutiremos aqui três visões representativas frente ao caso e contexto estudado, buscando uma síntese final, que irá se constituir como marco de análise do estudo. Estas visões são a de Sachs (2002), considerada seminal nas discussões realizadas no transcurso histórico referido acima, a da economia solidária, representada por um trabalho de França Filho e Santana Júnior (2007) e a proposta pelo próprio movimento de ecovilas, como pode ser observado em Jackson e Svenson (como citado em Bissolotti, 2004). Nas duas últimas, será dada maior ênfase descritiva, em função de serem mais apropriadas para a descrição de experiências como esta – a proposta de Sachs se vincula principalmente à idéia de desenvolvimento nacional ou global.

Sachs (2002) apresenta o conceito como composto de seis dimensões principais: social, ambiental, cultural, territorial, econômica e política (nacional e internacional). Na sua visão, a sustentabilidade social assume uma posição prioritária, subordinando as demais, já que deve ser o objetivo mesmo do desenvolvimento e pela probabilidade de que um colapso social preceda uma catástrofe ambiental. As dimensões culturais e ambientais são consideradas uma decorrência, além da distribuição territorial mais equilibrada. Já a sustentabilidade econômica é vista como uma necessidade, mas não condição para a existência das demais, pois ela pode ser uma grande desestabilizadora das outras dimensões. Finalmente, Sachs aponta a sustentabilidade política nacional (no âmbito da governabilidade) e internacional, olhando-se o tema a partir da perspectiva da manutenção da paz, já que as guerras modernas são também “ecocidas”.

A discussão proposta a partir do marco da economia solidária, nos moldes empreendidos por França Filho e Santana Júnior (2007), engloba cinco dimensões principais: a econômica, a social, a cultural, a política e a ambiental. Os autores enfatizam a inter-relação e a importância de cada uma, o que supõe “um equilíbrio dinâmico entre as várias dimensões que atravessam a vida das pessoas” (p. 7). A caracterização destas dimensões se daria da seguinte forma:

a) dimensão econômica: envolve a distribuição de renda promovida pela experiência (número de postos de trabalhos criados, os rendimentos proporcionados, a utilização de insumos do território e a dinâmica do consumo local); pressupõe a articulação entre diferentes lógicas: mercantis, não mercantis e não monetárias (produção para auto-consumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos, utilização coletiva de recursos e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras).

b) dimensão social: compreende a coesão social entre as pessoas envolvidas, expresso em questões como o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas.

c) dimensão cultural: inclui o grau de afirmação identitária, o grau de identificação das pessoas com sua história, o que envolve o sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, as práticas e valores comuns compartilhados; envolve também o grau de enraizamento das atividades empreendidas no tecido da vida cultural local.

d) dimensão política: tem um triplo aspecto: grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência (considerando-se o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas); capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território; nível de articulação da experiência, tanto em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no estabelecimento de pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia.

e) dimensão ambiental: representa o grau de vinculação da experiência em relação às características ambientais próprias num território, observando-se o manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas, e avaliando-se o tipo de tecnologia empregada (originalidade e referência social ou se adaptada de outras realidades ou se ela é convencional, sem considerar as especificidades do território). Avalia-se ainda se são utilizados insumos ou recursos próprios do seu território, se eles têm efeito poluidor; se as fontes energéticas utilizadas são de base renovável; e nível de geração de resíduos e seu modo de tratamento. É avaliado, ainda, o grau de centralidade do ser humano em relação aos processos utilizados e a reeducação dos envolvidos nos processos de consumo. Por fim, os conceitos de Jackson e Svenson (como citado em Bissolotti, 2004) envolvem a leitura da sustentabilidade a partir de três dimensões: a ecológica, a social/comunitária e a cultural/espiritual, que são consideradas também os três tipos de “colas” das ecovilasⁱ, conceitos que aparecem também em outros trabalhos da área (Rainho, 2006; Santos Júnior, 2006). A ênfase em cada uma destas dimensões tende a variar segundo a experiência, o que dá a identidade a cada uma delas, entretanto os autores enfatizam que todas devem se fazer presente em favor da “harmonia dos assentamentos” (Jackson & Swenson, como citado em Bissolotti, 2004, p. 39). Estas dimensões podem ser assim descritas:

a) dimensão ecológica: envolve o senso de local e lugar (conexão com o local em que vivem e convivência harmônica com o sistema ecológico); a produção e distribuição de alimentos (de forma orgânica e biodinâmica); os esquemas de reciclagem (e reutilização); o cuidado com a água (principalmente com as fontes e efluentes, que devem ter qualidade igual ou melhor do que antes da utilização); a utilização de sistemas de energia renovável; a restauração ecológica (que envolve a utilização da permacultura e da bioconstrução).

b) dimensão social/comunitária: refere-se à acessibilidade dos cuidados de saúde e integração entre medicina ortodoxa e complementar; à economia, tendo como prioridade a economia local, partilhando excedentes, e estimulando a criação de negócios que não gerem

poluição e não explorem recursos humanos ou naturais; à utilização de sistemas alternativos de trocas e visão com relação à finitude de recursos; no aspecto político, ao tamanho adequado para a participação de todos, e tomada de decisão democrática, com liderança circular; às formas educacionais implantadas, que valorizem o crescimento pessoal; desenvolvimento de habilidades comunicativas.

c) dimensão cultural/espiritual: devem ser percebidas a existência de atividades artísticas próprias, celebrações, festivais e encontros; a união entre as gerações; o reflexo da cultura na arquitetura e no *design* da ecovila; a abertura para manifestações espirituais individuais e práticas comunitárias neste âmbito.

Percebe-se uma grande similaridade entre as três abordagens apresentadas, e as diferenças concentram-se principalmente nas ênfases em determinados aspectos, ou na existência de alguns elementos específicos numa em relação a outra, segundo a orientação epistemológica e/ou política de cada vertente. Abaixo, na Tabela 1, apresentamos uma proposta de quadro sintético para estas abordagens, formando o modelo de análise guia do presente trabalho.

Tabela 1: Quadro analítico para a sustentabilidade em ecovilas

Dimensão	Variáveis / Indicadores	Forma de medição
Econômica	Impacto gerado na distribuição de renda do local	Postos de trabalho criados, rendimentos proporcionados, utilização de insumos locais
	Articulação entre diferentes lógicas econômicas (mercantis, não-mercantis e não-monetárias)	Utilizações alternativas de recursos, além dos mercantis: auto-produção, trocas, utilizações coletivas (finanças solidárias), fontes governamentais, etc.
	Formato dos empreendimentos	Tipo de empreendimentos (individuais, ou coletivos), forma de distribuição dos excedentes
Social / Comunitária	Coesão social entre os moradores	Tipo de sociabilidade existente, existência de confiança entre as pessoas, natureza dos vínculos, relação entre os vínculos e atividades econômicas, etc
	Saúde	Acessibilidade e existência de integração entre tratamentos ortodoxos e complementares
	Educação	Existência de práticas de educação, especialmente ambiental e para o consumo
Cultural / Espiritual	Identidade das pessoas com a experiência	Grau de enraizamento dos moradores com as atividades realizada (identidade cultural), utilização de tecnologias socialmente apropriadas
	Atividades culturais	Tipos de atividades artísticas/culturais existentes
	Expressões culturais materiais	Reflexos da cultura na arquitetura e desenho da ecovila

	Manifestações espirituais	Existência e forma de realização das práticas (abertura para diferentes tipos, realização comunitária, etc)
Política	Participação dos moradores	Nível e tipo de participação dos moradores (tomada de decisão democrática), estilo de liderança existente
	Fomento de um modo de ação pública no território	Processos de discussão ampliada existentes
	Articulações externas	Articulação com redes do movimento de ecovilas ou outras pertinentes (meio ambiente, economia solidária, assistência social, etc...), convivência com comunidades do entorno
Ambiental / Ecológica	Uso de tecnologia socialmente referenciada	Tipo de tecnologia empregada (originalidade e se é socialmente referenciada ou adaptada de outro local ou convencional), origem dos recursos
	Centralidade do ser humano	Papel das pessoas envolvidas no processo e impacto das atividades sobre elas
	Senso de local e lugar	Tipo de convivência com o sistema ecológico do entorno;
	Produção e distribuição de alimentos	Existência de produção orgânica
	Esquemas de reciclagem	Tipos de sistemas de reciclagem (e reutilização) existentes
	Utilização da água	Como ela é captada e tratada (efluentes)
	Utilização de energia	Fonte da energia utilizada (se é renovável)
	Restauração ecológica	Utilização de técnicas de permacultura e bioconstrução

Fonte: elaboração própria

4 A EXPERIÊNCIA DA ECOOVILA 1DA ARCOO

4.1 HISTÓRICO

A constituição da Ecoovila 1 foi precedida pela fundação da Arcoo, em 1992ⁱⁱ. Esta é uma cooperativa de trabalho fundada por um grupo de profissionais que se interessavam pelo tema de construções sustentáveis, e que atuam em campos como planejamento urbano e condominial, decoração e outros correlatos. A idéia da ecovila começou a se concretizar efetivamente a partir da criação do setor de habitação na cooperativa, em 2001. Nesta fase de operação a cooperativa passou a aceitar o ingresso de interessados em participar da proposta, a partir da idéia de que os moradores da ecovila fossem também associados desta cooperativa. O ingresso na cooperativa passou a se dar, então, a partir de planos de poupança, que se referiam à integralizações de cota, com o objetivo de adquirir o terreno para as construções,

urbanizá-lo, elaborar os projetos técnicos e construir as residências individuais e as coletivas previamente estipuladas.

O terreno pôde ser adquirido no primeiro ano da criação do setor habitação, já que o valor integralizado pelos sócios na ocasião atingira o montante necessário para a compra. O plano urbanístico foi também realizado em seguida, restando a construção das unidades individuais, que seria realizada conforme a disponibilidade financeira de cada associado.

O terreno adquirido tem 26.000 m² e é situado na zona sul da cidade de Porto Alegre (bairro Vila Nova), na Estrada João Passuelo. É uma região da cidade com urbanização recente, em que se observa ainda uma baixa taxa de ocupação de terrenos, contendo ainda alguma vegetação nativa, porém esparsa. O plano proposto para este assentamento pode ser visto na Figura 1. Ele prevê a instituição de uma área de jardim individual de 200 m² por lote e outra de 18.000 m² para uso coletivo, sendo 8.000 m² destes reservados para o bosque nativo pré-existente no local.

Figura 1: Implantação da Ecoovila no terreno

A construção das casas se deu no transcurso dos anos seguintes, sendo que foram construídas até o presente 23 das 28 unidades inicialmente previstas. Os projetos seguem um padrão, tendo, entretanto, itens customizáveis, que procuram equilibrar as propostas de construção segundo o padrão ambiental definido e as necessidades de cada família. Alguns detalhes das construções podem ser vistas nas fotos apresentadas nas Figura 2.

Figura 2: Parreiras de duas residências, utilizadas como garagem

Para a execução dos trabalhos (produção das habitações), foi definido um subsetor de trabalho, dentro do setor de habitação, através do qual todos os trabalhadores que atuaram na

construção foram também associados à cooperativa. Isto cumpriu uma dupla função: o amparo legal aos trabalhadores e a sua integração aos princípios adotados pela cooperativa. A cooperativa, desde 2005 vem, entretanto, passando por dificuldades de gestão devido à conflitos internos, sendo que algumas propostas iniciais não foram colocadas em prática, devido a uma certa paralisação em suas atividades. As propostas hoje adotadas (e as previstas) serão apresentadas a seguir, segundo o modelo de leitura proposto na seção anterior.

4.2 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS NA ECOOVILA 1

Dimensão econômica

A iniciativa permitiu a geração de trabalho e renda de duas formas: pela geração de cerca de 40 postos na construção das casas e pela compra de materiais no próprio bairro. O número de pessoas trabalhando diretamente nesta etapa variou durante todo o processo pelo próprio ritmo das obras, e atualmente apenas uma casa encontra-se em construção, sendo este número muito mais reduzido.

Os recursos utilizados são essencialmente da poupança coletiva, ou seja, das cotas integralizadas por cada um dos associados da cooperativa, o que representa uma forma de finança solidária que se insere num tipo de lógica não-mercantil.

Quanto aos empreendimentos gerados na iniciativa, existe, em primeiro lugar, a própria cooperativa de trabalho, pré-existente à ecovila, que abriga profissionais da área da habitação (arquitetos, engenheiros, pedreiros, etc). Uma segunda iniciativa prevista é a própria gestão da ecovila, que deveria gerar outros postos de trabalho. Seguindo a idéia de redução dos custos condominiais, cada casa deveria cultivar no espaço reservado para o estacionamento dos carros (ver Figura 2) uma parreira de uvas, cuja produção serviria cobrir os custos de manutenção. Além destas iniciativas, também estava previsto um espiral de ervas em cada residência, a ser utilizado a critério de cada família para o seu consumo próprio. Estas iniciativas foram parcialmente implantadas (a parreira de uvas e a espiral de ervas estão produzindo em diversas residências), porém não foi colocada ainda em prática a utilização desta produção com o propósito da geração de recursos para a manutenção da ecovila.

A proposta incluía ainda a construção de um espaço de serviços dentro da ecovila, a ser utilizado por diversos profissionais (engenheiros, médicos, fotógrafos, etc), além de abrigar a sede administrativa do local e da cooperativa e de servir de espaço para educação ambiental. Este espaço se encontra, entretanto, atualmente desativado.

Dimensão social/comunitária

Não se percebe uma coesão social forte na ecovila, pelo menos no tempo presente. Tal fato pode ter sido alimentado pelos conflitos que ocorreram no interior da cooperativa, já citados previamente, que dividiram e afastaram os moradores uns dos outros. As reuniões periódicas para discussão dos propósitos comuns, que existiam previamente à intensificação dos conflitos não existem mais. Isto provocou a decisão de mudança na administração da ecovila em direção a adoção do padrão comumente adotado por condomínios, em prejuízo da proposta de organização coletiva inicial.

Sobre esta dimensão, pode-se dizer, ainda, que havia no projeto original uma proposta de utilização do Bosque do Silêncio para educação ambiental e arrecadação de fundos para manutenção da ecovila, função que atualmente não está sendo utilizada.

Dimensão cultural/espiritual

A dimensão cultural pode ser evidenciada na proposta de urbanização e de construção das casas, cujos elementos se inspiram na identidade cultural italiana, já que esta é identificada com a origem de parte dos moradores. Isto é marcado especialmente pelas parreiras de uva em frente às casas. Além destes elementos, não foram identificadas atividades culturais ou espirituais coletivas ou comunitárias na experiência.

Dimensão política

A dimensão política é um dos traços marcantes da experiência, já que ela se originou a partir de uma cooperativa atuante, constituída a partir de discussões e articulações entre todos os membros da ecovila. Este ponto, entretanto, representou o centro da própria desarticulação da construção coletiva, a partir do surgimento de divergências inconciliáveis nas discussões coletivas.

No que toca às articulações externas, a experiência não se comunica com outras similares (com o movimento de ecovilas, por exemplo), embora houvesse a intenção, na sua fundação (prevista estatutariamente) de se vincular às redes internacionais, especialmente à GEN.

Dimensão ambiental/ecológica

Esta dimensão é provavelmente a mais desenvolvida na ecovila estudada, ou pelo menos a mais cuidadosamente planejada. Muitas tecnologias adotadas foram baseadas na permacultura, e envolvem a utilização de: tratamento separado dos efluentes cloacais e de água cinza, com a utilização de filtros naturais de palha e brita e absorção da água com bananeiras (ver Figura 3); utilização de telhados verdes (com exceção de duas casas) e dutos de circulação natural para climatização da residência, que toma o ar da área externa, proveniente do espiral de ervas (ver Figura 4); painel solar (em algumas residências) para aquecimento de água; orientação solar adequada para aproveitamento da luz e do calor natural, amplas aberturas, paredes e vidros duplos e lareira com cinco atuações, inclusive com aproveitamento de calor no inverno. A espiral de ervas e a parreira de uvas também complementam a proposta ambiental, com a já referida produção orgânica de alimentos.

O projeto previa também a utilização de composteiras individuais (tratamento do lixo orgânico) e captação das águas pluviais. Estas estratégias não foram adotadas, assim como parte do esgoto também não está recebendo ainda tratamento conforme descrito acima.

Figura 3: Filtro de águas cinzas

Figura 4: Detalhes do duto de ventilação natural, do painel solar e do telhado verde

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência estudada é facilmente enquadrada, enquanto intenção, como uma prática de ecovila, segundo seus dois propósitos básicos, que são o de buscar uma outra forma de relacionamento com a natureza, mais integrada e o de constituir uma forma de convivência humana sobre bases mais comunitárias e cooperativas.

Ao analisarmos a prática frente ao pressuposto, observa-se, entretanto, que no momento atual, a ecovila não consegue experienciar todas as dimensões da sustentabilidade, mesmo que muitos de seus elementos tivessem sido previstos e de fato tentados na sua constituição. As dimensões mais intensamente desenvolvidas na experiência foram a política e a ambiental. Além de ambas serem as intencionalmente mais trabalhadas, temos, de um lado, o fato de a ecovila surgir justamente de uma proposta advinda da articulação em torno de uma cooperativa de trabalho (e habitação) e de outro, a questão de, no seu planejamento, serem incluídas cuidadosamente diversas soluções ambientais de baixo impacto e integradas ao meio ambiente.

Em que pese a maior ênfase nesta duas dimensões, destaca-se que a econômica e a social também tiveram atividades planejadas, como as questões de geração de renda, compra local e a preocupação com a educação ambiental. Alguns elementos da dimensão econômica puderam ser colocados em prática na construção da ecovila, mas esta dimensão apresenta

hoje poucas atividades em curso. Já a dimensão social/comunitária apresentou poucos elementos em ação desde o início das atividades, e não pôde ser observada uma vivência comunitária mais intensa entre os moradores.

A dimensão cultural/espiritual se apresenta na inserção de elementos da cultura italiana na experiência, especialmente no seu aspecto material. Entretanto, não foram evidenciadas manifestações da questão espiritual do ponto de vista organizacional/coletivo, conforme proposto no quadro analítico, o que por si só não deve ser considerado como desqualificador da proposta, dada constatação de que algumas ecovilas reconhecidas como tais também não enfatizarem esta questão.

Fato que chama atenção e que não pode deixar de ser destacado é o processo de desarticulação vivido na cooperativa, por conta dos conflitos internos que surgiram. Tal situação contribuiu fundamentalmente para a depreciação de algumas propostas, nas diversas dimensões citadas, que, de fato, cobriam boa parte das ações apontadas nos indicadores sugeridos.

Tais fatos, conquanto apontem para a não realização de todo o potencial da proposta inicial da ecovila, não a afastam totalmente do quadro analítico traçado, especialmente se considerarmos as diversas modificações que consegue construir frente ao modo de viver e de pensar na sociedade contemporânea. É uma experiência que se concretiza materialmente enquanto local de viver diferenciado, especialmente nos aspectos ambientais e políticos. Pode até haver (embora em reduzidíssimo número no RS e provavelmente sem todas as soluções ambientais apontadas) empreendimentos que procurem se harmonizar com o ambiente, mas nenhum deles (excetuando-se os casos de outras ecovilas em estágio de constituição no estado) se constrói politicamente articulado como neste caso, em que cada morador se envolve no processo e em que os custos e dividendos são distribuídos, de alguma forma, entre os envolvidos.

Devido a estes elementos, podemos concluir que esta é uma experiência que fornece um grande espaço para o aprendizado, permitindo, com isto, a aquisição de conhecimentos para o refinamento do quadro analítico, principalmente a partir dos elementos que são apontados na seqüência.

5.1 DISCUSSÕES FUTURAS

Pensando num aprofundamento de estudos futuros direcionados, de um lado, para esta própria ecovila, e de outro, para o propósito deste trabalho (levantar elementos importantes para a construção de um marco analítico para o estudo das práticas das ecovilas no contexto brasileiro), e norteando a aproximação com outras experiências, podemos lançar elementos que facilitem o entendimento do não desenvolvimento de todas as dimensões ou da desarticulação vivida mais recentemente pela experiência analisada. Talvez o mais relevante deles é que, no presente caso, parece ter havido uma dificuldade no estabelecimento da “cola”, fator que parece ser fundamental na perenização de uma ecovila. Se utilizarmos a classificação de Jackson e Svenson, esta cola pode ser de três tipos: espiritual/cultural, ambiental ou social/comunitária. Na Ecoovila 1, as dimensões com maior potencial para fornecer este elemento são as duas últimas, com especial ênfase na segunda. A dificuldade

parece ter surgido, então, no momento da aglutinação das pessoas para a formação da comunidade. Será que elas estavam realmente imbuídas nos ideais de formação de uma experiência diferenciada em relação aos moldes da sociedade atual? Qual o nível de comprometimento delas com a experiência? Este chegava ao ponto de abrir mão de práticas, convicções e outros valores anteriores que não se enquadrariam na proposta a ser vivida? Um elemento que chama a atenção quando analisamos esta questão é que um dos fatores de atração da ecovila era o fato de que os custos da casa, que tem um alto padrão de construção, seria cerca de 50% menor do que no mercado, sendo que o valor delas de venda poderia ser até 20% maior. Tal informação é de excepcional relevância e aponta para a constatação de que, além de todas as vantagens ambientais e sociais que uma tal experiência pode produzir, ainda há uma considerável vantagem financeira. Mas será que os moradores não se apoiaram excessivamente neste fator (o econômico-financeiro), e negligenciaram os demais? Ou ainda, as pessoas que se aproximaram da experiência buscavam algo mais do que um custo menor e um local agradável para viver, em contato com o meio ambiente?

6 REFERÊNCIAS

Arcoo (n.d.). *Arquitetura e Cooperativismo*. Recuperado em dezembro, 2007, de www.arcoo.com.br.

Bissolotti, P. M. A. (2004). *Ecovilas: um Método de Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Ena (n.d.). *Ecovillage Network of the Americas*. Recuperado em janeiro de 2009, de <http://ena.ecovillage.org>.

França Filho, G. C.; Santana Júnior, G. (2007). Um Olhar Renovado sobre o Desenvolvimento Local: Uma análise a partir dos Aportes da Economia Solidária e de Pesquisa Empírica na Bahia. *VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Research*. Salvador.

Gen (n.d.). *Global Ecovillage Network*. Recuperado em janeiro de 2009, de <http://gen.ecovillage.org>.

Rainho, L. C. S. (2006). *As tecnologias Ambientais nas Ecovilas: Um Exemplo da Gestão da Água*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Sachs, I. (2002) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Santos, B. S.; Rodríguez, C. (2002). Para ampliar o cânone da produção. In Santos, B. S. (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos Júnior, S. J. (2006) Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo. *III Encontro da ANPPAS*. Brasília.

Van Bellen, H. M. (2006). *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa* (2a ed.) Rio de Janeiro: FGV.

ⁱ O termo “cola” é frequentemente utilizado nos trabalhos sobre ecovilas, e parece ser uma tônica presente nos discursos de militantes do tema, referindo-se aos fatores que mantêm a comunidade coesa, permitindo mesmo a sua existência enquanto proposta alternativa.

ⁱⁱ O número 1 ao final do nome é uma referência a um planejamento realizado que prevê a constituição de novas ecovilas, a partir do sucesso desta primeira iniciativa